

## 4 UMA REFLEXÃO SOBRE O TRABALHO E A EVOLUÇÃO DO MODELO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

George Henrique Merino Rodolfo\*

### RESUMO

Este artigo analisa as transformações do trabalho em função das mudanças socioeconômicas a partir das bases de transformação à acumulação flexível de capital. Discute o sistema de produção em massa e seus impactos e conclui estabelecendo uma relação entre o modelo de acumulação de capital, o modelo de produção e o modelo de emprego, no período de 1920-70.

**Palavras-chave:** Trabalho; acumulação capitalista; produção em massa.

### Introdução

Este trabalho visa a refletir sobre as transformações do trabalho privado em relação às profundas transformações socioeconômicas que martelam o mundo capitalista, desde a primeira década do século passado, além de procurar apontar perspectivas para o confuso homem moderno.

Percebem-se na mudança do trabalho podado e linear taylorista ao regime incerto e flexível oriundo do toyotismo, sintomas de uma transformação ainda mais radical, a do regime de acumulação característico do capitalismo da época. Acelerada pela revolução informacional do último quarto daquele século, essa revolução fornece um imenso e fértil espaço para análise e reflexão.

### Bases da Transformação - do fordismo à acumulação flexível de capital

Os primórdios da ciência Administração coincidem com um dos objetos de estudo em questão. Dá-se a Frederick Winslow Taylor o mérito de ser considerado o pai fundador da ciência que estuda, interpreta e propõe as organizações. Sua obra inaugural *Shop Management* dá o pontapé inicial não só à ciência, mas a todo um conjunto de transformações organizacionais e, em decorrência, sociais. São conceitos lançados nesta obra o fundamental *Estudo de Tempos e Movimentos* e a visão de que o trabalho deveria ser estudado cientificamente e, então, racionalizado.

Desta obra e do seu trabalho mais influente, *Princípios da Administração Científica*, surgiu o modelo que caracterizou todo o regime de acumulação capitalista da primeira metade do século passado. Henry Ford inaugurou

---

\* George Henrique Merino Rodolfo é mestre em Ciências Sociais e professor da Faculdade do Sul da Bahia (Fasb)

em 1909 a planta industrial de Highland Park (com capacidade para 21.000 operários), em Michigan, onde em 1913 viria a ser implantada a primeira Linha de Produção Móvel – inspirada em idéias tayloristas – dando início ao conceito de produção em massa.

Harvey (2001, p. 121) afirma que o marco inaugural do fordismo, como a transformação ficou conhecida, é a implantação do dia de trabalho de oito horas a cinco dólares de salário em 1914, na unidade *Rouge Plant* de Dearborn, Michigan. Apesar da biografia de Ford mencionar que esses acontecimentos tiveram lugar na unidade de Highland Park e, que a unidade de Dearborn (com capacidade para 81.000 operários) foi construída apenas em 1917, foi este o passo inaugural de todo um modelo de produção em massa e que resultou em profundas transformações sociais. Harvey (2001, p. 121) diz que:

O que havia de especial em Ford era sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

As idéias de Henry Ford conferiram à *Ford Motor Company* ganhos de produtividade e de escala ímpares, de modo que o modelo de produção criado tornou-se também aquele característico do mundo capitalista moderno, impulsionado pelas profundas transformações que se acometeram durante e após a Segunda Guerra Mundial, como o desenvolvimento de novos padrões de racionalização da produção – típico de períodos de guerra – e dos mecanismos de desenvolvimento e de recuperação econômica *keynesianos* baseados no papel interventor do Estado.

Desta forma, Castells (1999, p. 175) explica que

o modelo de produção em massa fundamentou-se em ganhos de produtividade obtidos por economia de escala em um processo mecanizado de produção padronizada com base em linhas de montagem, sob as condições de controle de um grande mercado por uma forma organizacional específica: a grande empresa estruturada nos princípios da integração vertical e na divisão social e técnica institucionalizada de trabalho.

De acordo, Antunes (1999, p. 17) complementa que o fordismo é

fundamentalmente a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões.

Perante essas afirmações, não há melhor conclusão possível que o postulado de Harvey (2001, 129), em que “a administração científica de todas as facetas da atividade corporativa tornou-se o marco da racionalidade corporativa burocrática”, modelo que perdurou mais ou menos estável até o provável ano de 1973, quando uma aguda crise recessiva colocou, mais uma vez, o capitalismo em xeque.

O ato final do capitalismo fordista-keynesiano foi representado pela sua aguda incapacidade de fornecer respostas flexíveis e criativas ao comportamento incerto do mercado, que em muito diferia do crescimento, presumidamente linear e constante, exigido pelo modelo de produção em

massa. A única alternativa possível a esta tendência de crise seria, segundo Harvey (2001, 136), “imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável”. À estagnação econômica do período 1965-73, somou-se então um perigoso ciclo inflacionário que seria agravado ainda mais pelas crises de abastecimento de petróleo por parte dos países exportadores. O cenário enegrececeu-se para o inflexível mundo da produção em massa fordista: o rígido racionalismo burocrático que promovera sua ascensão, também provocaria o seu desaparecimento.

Percebeu-se, então, a natureza fragmentada e descontínua dos mercados consumidores. Contrário ao que pensavam os apóstolos da produção em massa – e em especial Henry Ford – a empresa não teria força suficiente para criar um modelo de consumo auto-sustentável. Uma ação rápida e profunda era necessária: seria preciso flexibilizar toda a cadeia produtiva.

Em meio às estonteantes transformações, as empresas foram obrigadas a abandonar o conclamado modelo taylorista-fordista em busca da sobrevivência. Harvey (2001, p.137) nota que tais mudanças “as obrigou a entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho” e completa que

a mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência.

Castells (1999, p. 176) afirma que o sistema flexível de produção poderia ser uma resposta plausível à invariância do sistema fordista,

quando a demanda de quantidade e qualidade tornou-se imprevisível; quando os mercados ficaram mundialmente diversificados e, portanto, difíceis de ser controlados; e quando o ritmo da transformação tecnológica tornou obsoletos os equipamentos de produção com objetivo único e dispendioso para as características da nova economia.

Assim, Harvey (2001, p. 140) afirma que o regime de acumulação flexível, em contraponto à rigidez do fordismo, se apóia na “flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”. E completa dizendo que o sistema

caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional, (...) além da compressão espaço-tempo.

As empresas foram então forçadas a imprimir um ritmo de mudanças vertiginoso em busca da sobrevivência. O resultado foi o surgimento de todo um novo contrato social: empresas flexíveis que fazem uso de trabalhadores com jornada flexível, altamente qualificados e bem remunerados, além da conseqüente degradação do trabalho tradicional.

Ícones desta transformação foram as mudanças que tiveram lugar nas unidades fabris da Toyota, tradicional empresa do ramo automobilístico japonês. É também chamado de *toyotismo* ou de *ohnoísmo* – de Taiichi Ohno, engenheiro chefe da empresa e criador do sistema – o modelo de produção característico do regime de acumulação flexível de capital. Tal sistema era baseado na produção enxuta, baseada no modelo horizontal de organização da cadeia de produção, redução de estoques e aumento da rotatividade de material, além da busca obstinada pela qualidade do produto, o que diminui

o custo geral do sistema, ao mesmo tempo em que aumenta a satisfação do cliente.

## A Transformação do Trabalho

A empresa fordista do primeiro quarto do século passado necessitava de um tipo de trabalhador específico para atender ao seu modelo de produção linear. Harvey (2001, p.123) menciona que um dos motivos que limitavam a implantação do modelo

era a dificuldade de aceitação de um sistema que se apoiava tanto na familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho puramente rotinizado [...] e concedendo um controle quase inexistente ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo produtivo.

Homem de visão excepcional, Ford visualizara que a criação e ascensão dessa sociedade seria de importância capital para o sucesso de seu modelo de produção. Dessa forma, o dia de oito horas a cinco dólares de salário não apenas contribuía para a satisfação do operariado, mas também para dar condições de tempo e renda para que a sociedade pudesse absorver o notável aumento de produção industrial da época (HARVEY, 2001, p.122). É coerente citar que a classe operária norte-americana era a mais bem paga em todo o mundo daquela época. Não é difícil notar que mais que um sistema de produção racionalizado e de alta produtividade, Ford iniciava uma profunda e ampla revolução social.

Benefícios à parte, o sistema de produção em massa promovia todo um conjunto de malefícios ao operário, já que o impacto causado por um sistema de produção rotinizado e inflexível, que retirava deste todo o poder de decisão sobre quaisquer aspectos de seu próprio trabalho, dificilmente trariam resultados práticos benéficos, além, obviamente, da própria remuneração.

As inconcebíveis taxas de rotatividade provariam mais tarde que a remuneração não seria satisficente o bastante para promover a eterna duração do modelo, pois como afirma Braverman (apud HARVEY, 2001, p. 128), “o problema perpétuo de acostumar o trabalhador a sistemas de trabalho rotinizados, inexpressivos e degradados nunca pode ser completamente superado”. O trabalho linear repetitivo e isento de inovação, embrutecia o espírito do trabalhador e o desumanizava. Como afirmam Sabel e Piore (apud ANTUNES, 1999, p. 18), “o elemento causal da crise capitalista seria encontrado nos excessos do fordismo e da produção em massa, prejudiciais ao trabalho e supressores da sua dimensão criativa”. O trabalhador, submetido e reduzido pelo modelo, não era mais que um apêndice da máquina.

Como é sabido, o choque mercadológico da década de 1970 obrigou as empresas a buscarem novos modelos de produção em busca de sobrevivência. Tais modelos exigiam um forte aumento na eficiência e eficácia das empresas, o que só se tornaria possível através da implantação de um modelo que levasse ao extremo o racionalismo da produção, simultaneamente com a aguda flexibilização de processos – o que parecia inconcebível e impraticável para os padrões tecnológicos da época. Parece óbvio dizer que uma mudança no regime de acumulação implicaria em mudança também da estrutura do trabalho; mas, o que merece atenção é a velocidade e a intensidade com que essas mudanças aconteceram.

O modelo em ascensão exigia um trabalhador completamente diferente do costumeiramente empregado pelo regime fordista. Tal trabalhador deveria estar acostumado a frequentes mudanças nas rotinas de produção, além de ser multifuncional – qualquer operário deveria ter a capacidade de operar máquinas diferentes ao mesmo tempo. É necessário ressaltar que o trabalhador passaria a ser tão flexível quanto o sistema que o empregaria.

Teorizando a transição, Harvey (2001, p. 141) cita que

a acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego *estrutural*, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários reais e o retrocesso do poder sindical. [...] diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente para impor regimes de contrato mais flexíveis.

Obviamente, o emprego tradicional entrou em forte crise dando lugar ao acirramento da competição pelos poucos postos mais estáveis que não fazem uso de conhecimento. Os grupos menos favorecidos – mulheres, trabalhadores mal qualificados e empregados de meia idade – como não chega a ser surpresa, entrariam em calamitosa situação, restando a eles o extremo inferior da cadeia de salários. Harvey (2001, p. 179) afirma que

as novas tecnologias aumentaram o poder de certas camadas privilegiadas; ao mesmo tempo, sistemas alternativos de produção abrem o caminho para a alta remuneração de habilidades técnicas, gerenciais e de caráter empreendedor. A tendência, exagerada pela passagem para setor de serviços (...) tem sido de aumentar as desigualdades de renda, talvez pressagiando o surgimento de uma nova aristocracia do trabalho, bem como a emergência de uma subclasse mal-remunerada e totalmente sem poder.

Em notável consonância, Castells (1999, p. 226-7) propõe a visão da *sociedade informacional* baseada em três conceitos:

1[...] sistema produtivo organizado em torno de princípios de maximização da produtividade baseada em conhecimentos [...]

2[...] mudança para as atividades de serviços e ao fim da indústria[...]

3[...] expansão das profissões ricas em informação, como os cargos de administradores, profissionais especializados e técnicos, representando o cerne da nova estrutura ocupacional. [...] Simultâneo a esta tendência também há o crescimento das profissões em serviços mais simples e não qualificados. [...] Em outras palavras, as sociedades informacionais também poderiam ser caracterizadas por uma estrutura social cada vez mais polarizada em que dois os extremos aumentam sua participação em detrimento da camada intermediária.

Se o fordismo é caracterizado pelo surgimento do emprego industrial em detrimento do emprego no campo, pode-se dizer que este foi superado pelas vagas no setor terciário que se apresentaria mais adequado frente à nova realidade do mercado. Muito mais ágil e com um excelente padrão de giro de capital, o ramo de prestação de serviços era a resposta há muito procurada.

Harvey sintetiza (2001, p. 161) a transformação ao dizer que

o movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz, o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo. Na medida em que a ação coletiva ficou mais difícil, o individualismo exacerbado se encaixa no quadro geral como condição necessário, embora não suficiente, da transformação do fordismo para a acumulação flexível. Afinal de contas, foi principalmente por intermédio da irrupção da formação de novos negócios, da inovação e do empreendimento que muitos novos sistemas de produção vieram a ser implementados.

A realidade do mundo do trabalho radicalizava-se num círculo vicioso e em movimento de aceleração. As mudanças geradas desse movimento demoraram a ser percebidas e, em parte, ainda não o são. Tal movimento se deu à custa de muitos postos de trabalho em empresas ultrapassadas e sem condições de competir em um mundo que já não é o seu.

### **Considerações Finais**

É clara a relação existente entre o modelo de acumulação de capital, o modelo de produção e o modelo do emprego no período de 1920-70, e é fantástico perceber que a relação entre as três variáveis muda radicalmente no período que se segue (1970-1990). Notável, também, é a íntima relação entre as variáveis tanto no primeiro período quanto no segundo – uma só é possível através da outra.

O trabalhador médio moderno, ainda confuso, revolta-se contra uma economia que não lhe dá empregos. Engana-se, entretanto, ao estar à procura de um modelo de emprego que começou a morrer na década de 1970 e do qual só restam resquícios: não é capaz de perceber, por si só, as mudanças que tomaram lugar ao longo de todos esses anos.

O cenário agora é outro. É, mais uma vez, necessário que os atores encontrem seu lugar no palco e que assumam seus papéis. Acordar para a nova realidade e aceitá-la como definitiva – até sua próxima metamorfose – é um passo fundamental para que se encontrem as maneiras de reagir e influenciar a própria realidade do trabalhador. Como toda mudança, o novo sistema coloca na mesa toda uma sorte de oportunidades e ameaças: basta fazer a escolha entre praguejar contra a escuridão ou acender uma vela.

### **ABSTRACT**

This article analyzes the transformations occurred on the labor, by the social and economics changes from de bases of flexible capital transformation and accumulation. It argues mass production system and its impacts, and concludes establishing a relation between the capital accumulation model, the production model and the labor model, on the period of 1920-70.

**Keyword:** Labor; capitalist accumulation; mass production.

### **REFERÊNCIAS**

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e da centralidade do mundo do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2001.